

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	1		

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 48ª  
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 30 DE MAIO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Por não haver nenhum Deputado presente neste horário, vou suspender a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h01min, a sessão é reaberta às 15h14min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Leitura das atas das sessões anteriores.

Esta Presidência dispensa a leitura das atas. Indago se algum Deputado deseja retificar alguma das atas. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação, esta Presidência dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 43ª Sessão Ordinária;
- Ata da 9ª Sessão Extraordinária.

Havendo *quorum*, dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

O Deputado Bispo Renato Andrade, pela Liderança do Governo, abre mão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero fazer uso da palavra pelo Bloco, mas como acabei de chegar, se V.Exa. permitir, só estou esperando chegar uma documentação aqui embaixo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pois não, Deputada. Vamos aguardar. (Risos.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Estou passando a minha vez para o Deputado Chico Vigilante. (Risos.) Nunca vi tanta cortesia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ele já passou para V.Exa., que já passou para o Deputado Bispo Renato Andrade, que já passou para o Deputado Julio Cesar e que passou para a Deputada Telma Rufino. (Risos.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

A Deputada Telma Rufino abre mão.

O Deputado Chico Vigilante vai nos salvar. Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tive a oportunidade de, no dia de ontem, participar de um seminário organizado pela bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados – da bancada de Deputados e da bancada de Senadores da República do PT. Foi na Universidade de Brasília.

Eu tive a oportunidade – por isso esse seminário foi muito produtivo e muito bom – de ouvir, dentre outras autoridades que falaram naquela atividade, o Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná. E o discurso do Senador Roberto Requião, com as palavras que mexem profundamente com a gente, falava exatamente da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

necessidade de uma mudança radical neste País. Que não dá mais para ficar querendo remendar a República com remendo podre! Que a violência que é praticada hoje contra os trabalhadores, os assassinatos que acontecem no campo... Nós tivemos agora mais um massacre contra trabalhadores sem-terra no Estado do Pará, um estado em que a lei não chegou ainda. E ele falava também, e eu concordo, da pressa desse governo ilegítimo de querer fazer a reforma trabalhista, Deputado Wellington Luiz.

Eu sei que esse presidente ilegítimo é do partido de V.Exa., mas tenho certeza de que V.Exa. não concorda com essa pressa na reforma trabalhista, porque essa reforma é a reforma da destruição. Na verdade, a reforma trabalhista é para entregar o direito dos trabalhadores brasileiros para o capital internacional. A superexploração do homem pelo homem! Essa história de dizer que vai gerar emprego, isso é conversa para boi dormir! Não vai gerar um emprego! Na verdade, o que vai fazer é precarizar os empregos existentes.

Portanto a gente está vendo a pressa. Um governo ilegítimo, um governo delatado em todos os níveis, um governo que está procurando agora uma maneira de colocar o tal do Rodrigo Rocha Loures com foro privilegiado porque ele já não tem mais nesse momento, pois demitiram o Osmar Serraglio. Não é que ele merecesse estar no Ministério da Justiça, não. Mas foi humilhante, Deputado Bispo Renato Andrade, a maneira como ele foi demitido. Foi tão humilhante que ele se negou a assumir o tal do Ministério da Transparência, e agora o Rodrigo Rochas Loures está sem foro privilegiado, podendo ser preso a qualquer momento.

E aí, lá dentro do Palácio, eles estão fazendo um frenesi danado para encontrar algum Deputado do PMDB do Estado do Paraná que queira assumir o cargo de Ministro da Cultura ou de Ministro da Transparência para, em troca disso, devolver novamente o mandato ao Rocha Loures. Espero que ninguém queira! Porque este País, que está à beira do precipício – e vai ao precipício –, não terá outra saída a não ser eleições gerais, de ponta a ponta no Brasil, com o encurtamento dos mandatos de todos – deputados estaduais, deputados distritais, governadores dos estados –, para que possamos tirar este presidente ilegítimo, que jamais poderia ter assumido a Presidência da República. Ele não tem nenhuma legitimidade para ser Presidente do Brasil, porque é um golpista, imoral, irresponsável e chefe de quadrilha. Portanto, não pode ser presidente.

E agora quer garrotear os direitos dos trabalhadores com essa maldita reforma trabalhista, que é inaceitável do ponto de vista da classe trabalhadora brasileira. Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito agradecido, Deputado Chico Vigilante.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o tema que me traz à tribuna esta tarde, como bem disse o Deputado Chico Vigilante, é porque nós estamos passando realmente o Brasil a limpo. E estamos passando de todas as formas.

O que eu mais ouvia na época da campanha, Deputado Joe Valle, é que iríamos fazer a nova política. E o que percebemos deste governo instalado no GDF é que de novo não tem nada, ele continua com todas as velhas práticas que aconteceram nos governos anteriores e com um dom ainda de hipocrisia. E é isso que eu acho, Sr. Presidente, muito grave.

Eu acho que esta Casa tem como principal função fiscalizar. Faz quase uma semana, Sr. Presidente, que todos os veículos de comunicação da nossa cidade dão o recebimento e o pagamento de propina da JBS. E, Sr. Presidente, eu quero ser muito clara, porque talvez o Governador esteja muito mal assessorado sobre o que é corrupção ativa e o que é corrupção passiva! Talvez ele não tenha entendimento do que seja essa tipificação no Código Penal.

E aí, Sr. Presidente, hoje, inclusive fiquei bem perplexa com a tarja dele no Instagram, em que ele coloca claramente que, se os empreiteiros da JBS deram algum dinheiro esperando uma contrapartida, o GDF não a deu. Ora, é o chefe do Poder Executivo assumindo no seu Instagram que pode ter acontecido o crime.

Mas aí, Sr. Presidente, é importante falar que o crime de corrupção, tanto ativa quanto passiva, é um crime formal, ele não depende do pagamento, ele não depende, basta a pactuação dos termos. Então, se ele pagou a propina ou se ele não pagou a propina, tanto faz, é um crime formal, Sr. Presidente, não é um crime material, que tem que ter todos os pré-requisitos. É tão grave o que ele coloca hoje no seu Instagram, Sr. Presidente, que ele fala o seguinte: "Olha, se alguém pagou querendo ter..." . Ora, ou teve ou não teve. Ele praticamente assume hoje nas suas redes sociais que alguém pode até ter dado um dinheiro para ele esperando uma corrupção, mas que isso não aconteceu.

E aí, Sr. Presidente, os dados que estão disponíveis para este Parlamento, no sistema eletrônico do Sigo, são claríssimos. Houve renovação do contrato, e houve o pagamento de 12 milhões de reais.

Eu acho mais gritante ainda o argumento do governo de que a JBS pediu diminuição de alíquota, e ele não concedeu. Ora, ele não concedeu mesmo, e já está respondendo por improbidade administrativa, por ter concedido a outras empresas. Ele não iria conceder, Sr. Presidente, não pode conceder. Ele não fez por impedimento absoluto, jurídico.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

É engraçado, esse pedido não chegou aqui à Casa, nós não ficamos sabendo. Onde isso foi tratado? Em quais termos isso foi tratado? Como foi esse ajuste? Desde ontem ele está soltando nota, e colocou no Instagram hoje: se eles deram, esperando a contrapartida, o GDF não deu a contrapartida. Ora, a simples pactuação no crime já caracteriza corrupção, não precisa haver contrapartida, Sr. Presidente. Basta simplesmente a JBS ter falado: olha, eu vou dar dinheiro, desde que vocês cumpram comigo isso e isso no governo.

Quando teve o aceite, já aconteceu a corrupção. Ela não precisa estar predefinida ou alinhada como crime material. Aí, nós estamos falando de vários tipos de corrupção, Sr. Presidente. É só ouvir o testemunho dos delatores da JBS. Eles falam que nenhum governador recebeu dinheiro sem saber que haveria uma contrapartida, e além daquele dinheiro lícito, que aconteceu, houve o dinheiro ilícito.

O que me causa muita estranheza, e só mesmo no decorrer da CPI nós poderemos entender isso melhor, é por que especificamente para o Governo do Distrito Federal, para o Governador Rollemberg, foram 41 transações. É como se aquele dinheiro, talvez, fosse fictício, porque para fechar ajuste de caixa precisa ter lastro. Então, é mais grave ainda, Sr. Presidente. Nós estamos falando de vários crimes aqui nesta tarde. Nós estamos falando de falsidade ideológica, estamos falando de corrupção ativa e passiva, estamos falando de caixa 2. Basta saber o que está acontecendo no Brasil como um todo, e aqui no Distrito Federal não é diferente.

Eu tive oportunidade de participar um pouco mais de perto dessa campanha, e tenho certeza, vão aparecer outros atores confirmando o caixa 2 e a corrupção tratada na campanha. Não somente essa da JBS, mas outras. Não adianta! Eu fiquei tão abismada hoje com a desfaçatez do governo e do próprio Governador, quando postou no Instagram: se eles me deram dinheiro esperando uma contrapartida...

Sr. Presidente, na minha campanha, ninguém me deu dinheiro esperando contrapartida. Ninguém! Então, se ele assume essa possibilidade, ele assume a culpa pela corrupção, independentemente de ter acontecido ou não. Como eu estou dizendo a V.Exa., é um crime de mera conduta. Ele não precisa ter o seu resultado final pactuado para acontecer.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada, a gente espera que, no mínimo, o Governador, em vez de ficar ligando de Deputado a Deputado pedindo que não venham à tribuna falar dele, tenha a dignidade agora de pedir aos órgãos fiscalizadores – como ele estava fazendo, ao pedir que eles investigassem outros candidatos ao governo, Deputada – que o investiguem. A ideia dele era ganhar por *WO* as eleições, porque por competência ele não ganharia as eleições. Ele achou que iria ganhar pela honestidade, mas pela honestidade não ganha mais, o que demonstrou claramente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

Foi dito pelo Ricardo, e todo mundo ouviu, que tudo que foi doado nessa campanha, Sr. Presidente, todos os recursos doados na campanha, mesmo que aparentemente com licitude, foram produtos de propina. Tudo teve uma intenção. Doaram para depois receberem em troca alguma coisa. Isso está claro, e eu quero saber qual parte o Sr. Governador não entendeu. Se para os outros era verdade, será que na parte dele era mentira? Só a parte do Sr. Rodrigo Rollemberg era mentira?

Sr. Presidente, Pares, eu quero saber agora se esta Casa vai se calar diante de tamanha agressão à população do Distrito Federal. Por incompetência, ele já padecia. Agora padece por falta de honestidade. Obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, para encerrar, há um nome que nos chama atenção nas duas delações. Não estamos falando só da delação da JBS; temos outra delação, da OAS, na qual o Governador também é citado como tendo dinheiro irregular por parte dos delatores. Ele cita que o dinheiro e as tratativas foram com o Ricardo. Na lista da JBS, também aparece Ricardo. É claro que Ricardo era o caixa da campanha. Esta cidade é uma avenida de três ruas, todos nós sabemos quem é Ricardo – Ricardo Leal –, tanto que se afastou rapidamente do BRB. Nós participamos da campanha, e sabíamos que ele participava como tesoureiro da campanha, na parte de arrecadação de recursos.

Então, não existem coincidências, Sr. Presidente. Nós temos dois delatores. Um da OAS, e outro da JBS, que falam que passaram recursos ilegais para terem contrapartidas no Governo do Distrito Federal. Um está preso na Papuda. Diga-se de passagem, a gente tem informações também de que a troca dos policiais civis que aconteceu no alto escalão da Polícia Civil foi uma blindagem ao Governo do Distrito Federal. Isso pode dar muito problema ainda para o governo. Foram trocados delegados da DECAP – Delegacia Especial de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública; da DECO – Delegacia Especializada de Combate ao Crime Organizado, e do sistema penitenciário. Por que, Sr. Presidente, foram trocados? Porque sabiam muito, e começaram a chegar do outro lado da rua.

Sr. Presidente, a gente acha que só tem a nossa polícia. Nós temos outras forças superiores.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu estava ainda no gabinete quando ouvi V.Exa. abordar essa questão da JBS, que tem o cagete jeca, e o outro, que é Ricardo não-sei-o-quê. E olha que eu não empresto muita credibilidade à palavra desse pessoal, porque cagete na minha terra é outra coisa. Está em moda, desde que foi proclamada a república do cagete. Está em moda. Então, vamos lá. Ele foi muito claro. Ele disse que todo dinheiro que eles colocaram em campanha, seja declarado ou não, é proveniente de propina. Ele disse isso. Se ele disse isso, e o glorioso Governador Rodrigo Sobral

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

Rolleberg recebeu 852 mil reais, que é a parte visível dessa coisa – não sei se há algo invisível ainda –, evidentemente ele tem que explicar isso. Porque ele tem ido às redes sociais e tem dito o seguinte: não tem nenhuma contrapartida. Mas só nesses dois anos do governo dele, ele já pagou, a pretexto de merenda escolar, 12 milhões. Mesmo assim, alguém precisa dizer a ele que o conceito de corrupção – ele deveria conhecer bem esse conceito – é solicitar, receber. A contrapartida é complemento. Agora, o Governador precisa explicar.

Mas não é só ele, não! Algumas ONGs na nossa cidade são muito exercentes de fiscalização. Eu pergunto: a relação de emprego que algumas pessoas dessas ONGs têm com o governo vai impedi-las de atuar? É necessário que tudo fique muito claro, tem-se que tirar a máscara disso tudo. Ou seja, o baile está acabando. E quando o baile acaba, a máscara cai. Aqueles cuja máscara é mais fraca, caem na maquiagem. Então, é importante, sim, que esta Casa, com muita rapidez, investigue. É até bom para o Governador. Se ele se julga tão isento dessa coisa, ele deveria ser o primeiro a pedir que se instale uma comissão para investigar isso.

Deputada Celina Leão, eu agradeço o aparte e digo a V.Exa. que o Governador Rodrigo Sobral Rolleberg precisa, sim, explicar o que está acontecendo, por que o cagete lá está dizendo que pagou propina para ele. Ele precisa explicar isso. Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, só para terminar, eu queria deixar um registro neste plenário para que votemos um requerimento de convocação do Sr. Ozímpio Dias de Sousa. Ele é Chefe da Coordenação da Mobilização, do Gabinete da Governadoria do Distrito Federal. Sr. Presidente, para todas as ações que nós fazemos contra o Governador – que são ações políticas, porque acho que isso é do Parlamento –, esse cidadão monta GIFs – *Graphical Interchange Format* e sai denegrindo a imagem dos Parlamentares como se fosse uma ação coordenada por parte do gabinete do Governador.

Aí, é claro que já é uma improbidade administrativa, Sr. Presidente, porque ele está usando o cargo que tem – que deveria ser para defender o Governador – para atacar outras pessoas, inclusive com inverdades que estão sendo plantadas aqui na internet. É algo muito baixo para partir do gabinete do Governador, que se diz um homem sério, cuja máscara está caindo aqui na nossa cidade. Talvez ele seja mais corrupto do que todos. Por quê? Porque ele ainda tem o verniz da hipocrisia, Sr. Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigada, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só fazer a leitura de uma nota oficial do GDF em relação a esses acontecimentos. Quero deixar claro que é uma leitura de uma nota oficial e, na função em que eu estou de Líder do Governo, tenho esta incumbência.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado, V.Exa. pode usar o seu tempo nos Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, venho a esta tribuna pela Liderança do Governo para falar duas coisas. Uma é que, na semana passada, o Governador Rodrigo Rollemberg sancionou um projeto de lei aprovado nesta Casa, Deputado Prof. Israel, que autoriza a Fundação de Apoio e Pesquisa a dar subvenções às *startups* no Distrito Federal. Eu acredito que este projeto é exatamente inovador e que vai fomentar o Distrito Federal, principalmente na sua vocação, que é a indústria da tecnologia da informação.

Nós temos o parque tecnológico. Esta Casa também aprovou um projeto relacionado a ele, Deputado Prof. Reginaldo Veras, ampliando o escopo de atuação. Hoje, no parque tecnológico, já estão instalados a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Agora a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia também vai se instalar naquele lugar.

Então, eu acredito que esta Casa contribuiu, junto com o governo, para o desenvolvimento e, principalmente, para uma nova direção relacionada ao modelo econômico da Capital da República. Isso, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. conhece muito bem. Com essas duas ações, eu acredito que nós estaremos mudando o modal da economia do Distrito Federal, colocando-o com uma atratividade nesta área, principalmente na área do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Por tudo isso quero parabenizar, primeiro, o Deputado Cláudio Abrantes, que se empenhou muito na execução desses projetos, e também o Secretário Adjunto de Ciência e Tecnologia, Dr. Marcelo Aguiar, que foi meu amigo de bancada quando fui Secretário de Trabalho e também quando fui subsecretário da área de meio ambiente.

Eu gostaria aqui de usar o tempo da Liderança do Governo para ler uma nota do Governo do Distrito Federal referente a toda a situação que está acontecendo, pois o nome do Governador foi citado. A nota diz o seguinte:

“As contribuições da JBS ao PSB e à campanha do Governador Rodrigo Rollemberg estão registradas junto ao TSE e se deram de forma lícita e sem qualquer promessa de contrapartida. Não houve qualquer ação do governo que tenha trazido benefícios ao grupo. Pelo contrário, houve um pedido da empresa para obter um regime especial tributário para comercialização de produtos de carne no Distrito Federal sem a instalação de uma unidade fabril, o que foi recusado pelo governo de Brasília.

A JBS teve a sua inscrição fiscal suspensa no Distrito Federal por encerramento de atividades no ano de 2015. Atualmente o grupo fornece insumos para merenda escolar por ter sido vencedora de uma licitação em 2014, cuja venda se dá a partir de outro estado. O contrato assinado com a Secretaria de Educação

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

pelo governo anterior é de 22 milhões de reais. O contrato vence em julho e não será renovado, porque foi realizado um novo pregão no ano passado e a empresa não foi contemplada. Venceu o certame uma empresa local. O resultado foi publicado no Diário Oficial do dia 17 de outubro de 2016.

O Governador desafia qualquer executivo da JBS a apontar qualquer benefício ou contrapartida que tenha sido recebida em função da doação eleitoral." Assina o Governador Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Veja que essa nota é muito bem escrita. Parece que o pessoal está aprendendo. Também, depois de dois anos, tem que aprender.

Realmente, o Governador, quando emite essa nota, tenta passar uma imagem que não encontra ressonância na realidade dos fatos. E a realidade dos fatos é a seguinte: ele recebeu, de modo visível, 852 mil reais. Aqui eu só estou falando da JBS. Da Odebrecht, da Andrade Gutierrez e das outras, ainda não se falou, mas está lá na declaração dele. Então, essa parte visível é incontestável. Quando o Governador se esforça para dizer que não houve contrapartida, que é o segundo valor para a questão da corrupção do governo dele, que vimos denunciando há muito tempo, ele se esquece de que forma foram celebrados os acordos da JBS. Como é que a JBS permaneceu, segundo ele, prestando serviço ao Governo do Distrito Federal e já recebeu, em dois anos, doze milhões de reais?

Veja só, o que precisa é o Governador explicar se realmente esses doze milhões foram gastos com essa merenda imprestável, porque ninguém sai por aí elogiando essa merenda. Aliás, há outra coisa: a carne não esteve podre uma época aí? Será que o Governador comprou carne podre?

Então, essas coisas precisam ser esclarecidas. Eu compreendo o esforço de V.Exa. Eu já ocupei, inclusive, essa função espinhosa de líder do governo. Líder desse governo, eu acho que é a pior função que se pode ter nos tempos atuais. Mas eu compreendo V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deveria receber insalubridade, não é?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Deveria ter adicional de insalubridade.

De toda sorte, eu acho que o Governador Rodrigo Rollemberg, inclusive, usa umas palavras fortes que não fazem parte da característica dele. Por exemplo, ele diz: "Eu desafio..." Desafia nada. Esse governador, conhecemos. Ele é muito lerdo até para isso.

Então, eu peço a V.Exa. que considere também a possibilidade de o Governador explicar por que pagou doze milhões e por que fez contratos emergenciais ao longo de dois anos com a JBS, que, de modo visível, deu-lhe 852

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

mil reais e que declara agora, por meio de delação premiada, de cagete, que não existe almoço grátis.

Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Delmasso, eu estou insistindo numa tese, porque, quando vemos uma delação, sabe-se que uma pessoa que está dando dinheiro – como essa distribuição de dinheiro no Brasil, no formato que ela acontecia – tinha o interesse implícito nela. E quando vem o delator da JBS e fala que, também aqui também no Distrito Federal, o grupo econômico deu o dinheiro, porque tinha interesse, e que todos tinham a plena consciência... É por isso que eu insisto... O fato de o governo vir a público e falar que ele não deu contrapartida... A corrupção, Sr. Presidente, acontece no simples ato do acordo, seja pelo próprio governador ou por terceiros, conforme já foi declarado na delação de que foi feito o repasse, mas havia uma contrapartida específica do Governo.

O governador vem, faz uma nota e fala que não deu a contrapartida. Ora, isso não o retira do crime de corrupção, do crime de fraude eleitoral, do crime também de falsidade ideológica, que é onde entra esse crime de caixa 2, até porque não temos isso tipificado no Código Penal. Então, está-se entrando na falsidade ideológica, dentro do Código Eleitoral.

Portanto, não o exime da culpa. A resposta é tão fraca quanto o argumento. Hoje o senhor não estava aqui, mas é importante estar. Hoje o governador postou nas suas redes sociais que, se a JBS deu recurso esperando ter uma contrapartida, não teve. Ora, ele chega a admitir essa possibilidade. Se deu, a corrupção aconteceu. É um crime meramente formal. Ele não precisa alcançar o seu resultado para que seja formalmente descrito.

Então, o que estamos colocando aqui é que o fato de ele ter dado contrapartida, o simples acordo que foi feito com seu intermediário, através do seu aval... Aconteceu o crime da corrupção. O argumento é frágil.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputada, além de tudo, ele ainda traiu os caras. Pegou a propina e ainda traiu os caras. Rapaz, aí é pesado! Levou e botou chifre ao mesmo tempo.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, só para concluir: o que eu li foi uma nota encaminhada pelo Governo de Brasília, mas quero deixar claro que tenho certeza, Deputada Celina Leão, de que, como representante do Estado, nem o Governador nem qualquer Deputado que está aqui é contra o avanço das investigações.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

É necessário, Deputado Joe Valle, que se investigue mesmo, para que a gente não cometa injustiças. Quais injustiças? Não condenemos inocentes nem inocentemos os culpados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Esta Presidência quer consultar aos Líderes sobre o seguinte: fizemos um acordo no Colégio de Líderes, temos muito projetos de Deputados e alguns vetos para derrubar. Eu gostaria de saber, já iniciando os Comunicados de Parlamentares, se algum Deputado quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

Deputado Wasny de Roure, sim; Deputado Raimundo Ribeiro, sim; Deputada Celina Leão, sim.

Vou passar a palavra ao Deputado Wasny de Roure. Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença dos estudantes, professores e professoras do Centro de Ensino Fundamental 312 de Samambaia, participantes do Projeto Cidadão do Futuro, promovido pela Escola do Legislativo.

Muito bem-vindos, estudantes e professores que estão chegando para assistir à nossa sessão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente falar aqui sobre uma situação que nos deixa absolutamente constrangidos, pois temos o dever, no exercício da vida pública, de enfrentar as dificuldades.

Trata-se da renovação da prisão do ex-Governador Agnelo Queiroz, do ex-Vice-Governador Tadeu Filippelli e também do ex-Governador José Roberto Arruda. Em sã consciência, nenhum de nós espera que qualquer um desses que estão lá, neste momento, em uma situação de absoluta humilhação e constrangimento, sintam-se confortáveis. Nós temos que ter a lucidez de que, na vida pública, tudo o que fazemos é observado e visto mais cedo ou mais tarde.

Então, é um cenário que não desejo para ninguém, sobretudo para nós, que cerramos fileira na defesa de um governo e de um projeto no qual acreditamos. Nem todos nós – naturalmente, creio que uma parcela muito pequena – acompanhamos esse processo, até porque a prestação de contas do Estádio e do BRT, obras de grande vulto nesta cidade, foram atestadas pelos órgãos de controle. Nós aqui, inclusive, Deputado Joe Valle – V.Exa. era Deputado –, aprovamos a transformação da Terracap em agência de desenvolvimento, o que possibilitou a ela atuar na transferência de recursos para o Estádio. Então, é de maneira bastante apreensiva e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

preocupante que assistimos a esse cenário. Agora, não podemos ser responsabilizados por eventuais negócios na vida pública que ocorreram com parceiros e companheiros que exerceram a vida nesta cidade. Então, quero ter o conhecimento, a exemplo de qualquer outro colega Deputado, de que temos o dever de saber de fato a ocorrência daquilo que a polícia hoje cobra dos nossos governantes, com relação à construção do Estádio e ao BRT. Temos o dever de aprofundar e saber essas questões, para, então, depararmos com essa realidade.

Sr. Presidente, venho aqui também para falar sobre recente decisão do Ministério da Previdência Social que suspendeu a validade do Certificado de Regularidade Previdenciária do Distrito Federal. Não há dúvida de que houve recurso ao Judiciário, e a Ministra Rosa Weber concedeu a liberação do Certificado ao Governo do Distrito Federal, mas isso assentado em uma situação de absoluta excepcionalidade, demonstrando que a argumentação que sustentamos aqui tinha procedência. Uma das questões era a utilização das ações do BRB, que foi no Projeto de Lei nº 920. Já no anterior, de 2015, havíamos feito um voto em separado no Projeto de Lei nº 899, de 2015, e, posteriormente, no Projeto de Lei nº 90, de 2016.

Naquela ocasião, Deputado Joe Valle, apontamos a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 43, § 2º, inciso I. Mencionamos a questão da insegurança jurídica do ponto de vista de perda de valor das ações do BRB e também destacamos que o superávit atuarial tinha sido calculado com uma taxa. Posteriormente, resolução do Tribunal de Contas da União não confirmou a taxa que tínhamos trabalhado – aquela redução de 22% para 16% carecia de fundamentação no conceito de superávit adotado pelo Tribunal de Contas da União. Além da própria ilegalidade com base na Lei nº 9.717, de 1998, no que tange ao art. 73 do Regime Financeiro de Repartição Simples, que tinha sido criado para poder emergir e construir o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF; mas, Sr. Presidente, ainda havia, com relação às Portarias 402 e 403, de 2008, do próprio Ministério da Previdência.

Quero destacar aqui, em primeiro lugar, que eram 49 imóveis que foram doados, sendo 8 da Terracap e 36 do GDF. A Terracap ainda não fez a avaliação e muito menos a Câmara de Valores Imobiliários. O Governo do Distrito Federal está fazendo uma licitação para poder identificar o avaliador para esse patrimônio que ela está entregando. A Caixa Econômica Federal, que ficou responsável por 36 dos imóveis oferecidos, declinou da tarefa de avaliar. Ela não aceitou.

Portanto, nós esperamos que o Governo do Distrito Federal logre êxito nessa licitação, para que possa oferecer ao Iprev a segurança nessas transferências de imóveis na compatibilização da dívida que o GDF tem.

Por último, Sr. Presidente, cabe registrar aqui que o grande volume que o governo trabalhava, que eram 690 milhões de reais das ações do BRB, que deveria repor, não foi resolvido. Não é um montante de recursos pequeno para uma instituição financeira e é preciso encontrar uma solução para esse problema. O Iprev não pode ser desfalcado com esse montante de recursos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

Portanto, eu faço aqui um apelo a esta Casa: que constitua uma comissão especial para acompanhar, porque é bastante temerária essa operação e ela chega a cerca de 1 bilhão e 800 milhões de reais. É um montante de recursos absolutamente significativo, e os servidores merecem respeito por parte do governo em utilizar esses recursos sem fazer a devida quitação conforme foi prometido. Nós já estamos em meados de 2017, portanto, muito além daquele prazo.

Esta Casa, como o Tribunal de Contas, tem tanta responsabilidade quanto o governo, porque votou, afiançou, respaldou, e nós não podemos fugir da responsabilidade. Não é porque eu votei contra que nós vamos perder o interesse de acompanhar. Nós vamos às últimas consequências na defesa do patrimônio do servidor público, porque o que foi feito nós havíamos alertado na ocasião. Não nos ouviram. Agora, pelo menos, eu creio que todos nós, os 24 Parlamentares, temos o dever de ver esse recurso recompondo o Iprev e, naturalmente, o Distrito Federal recebendo o seu certificado de regularização previdenciária, não por voto da ministra, não por voto judicializando porque administrativamente perdeu nos órgãos de controle a autoridade moral na gestão do recurso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Quero só pedir aos Deputados que façam seus pronunciamentos com brevidade, para que possamos entrar na Ordem do Dia. Há muitos projetos dos Deputados para serem votados.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, quero saudar também os alunos que hoje comparecem à Câmara Legislativa. Sejam muito bem-vindos.

Sr. Presidente, hoje venho à tribuna falar de uma matéria que repercutiu na Rede Globo de Televisão acerca de um equipamento público que existe em Planaltina, cuja entrega e construção há anos se arrastam, que é a Vila Olímpica ou Centro Olímpico, como queiram chamar.

Eu tive a oportunidade de estar presente no dia do lançamento da Pedra Fundamental da Vila Olímpica, novembro de 2008, pelo então Governador Arruda. Nós estamos falando aí de nove anos em que foi lançada a Pedra Olímpica da Vila de Planaltina. A obra começou no ano seguinte, em 2009.

O que me deixa estarecido, e por isso que venho a esta tribuna, é que na gestão anterior, devido a problemas que aconteceram com a empresa chamada Recoma, a obra ficou parada por questões judiciais. Mas, no final da gestão Agnelo, todas essas pendências foram resolvidas. Não havia mais nenhuma pendência judicial, e a obra estava apta a receber recursos, a receber emendas e prosseguir, porque desde o início da gestão do Governo Rollemberg a população cobra essa obra. E cobra com veemência. Inclusive, nós temos relatos de grupos de moradores

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

que vieram caminhando de Planaltina até o Buriti pedindo que se fizesse alguma coisa em relação à Vila Olímpica.

A Vila Olímpica é um equipamento para uma cidade de periferia extremamente importante, porque lá as crianças têm acesso à prática de educação física, dá para se fazer uma ação alternada com a educação. A Regional de Planaltina, Deputado Prof. Reginaldo Veras, já tem toda uma programação para poder atuar na Vila Olímpica. Eu, pessoalmente, no nosso mandato, coloquei quase um milhão de reais, Deputado Wasny de Roure, nesta obra, já nessa gestão. E eu não estou falando da emenda feita não, eu estou falando de empenhado e pago. E a obra simplesmente não avança.

A TV Globo esteve lá neste último final de semana e realmente foi muito difícil a gente entender por que essa obra não avança. Por mais que a gente tenha consideração – e eu reputo que os profissionais da Novacap são muito competentes, tem pessoas muito bem-intencionadas –, efetivamente o Governador do Distrito Federal tem de dar uma resposta para aquela cidade, para aquela população, e fazer com que esse equipamento aconteça, porque não é mais questão de dinheiro, porque existem recursos. Acredito que até outro Deputado tenha colocado emendas lá também. Eu estou falando só do nosso mandato. Foi um milhão de reais em emendas empenhadas e pagas. Os recursos foram pagos, foram para empresa, e eu não consigo entender por que a obra não avança.

O Deputado Raimundo Ribeiro, que é mais efetivo, tem as soluções. Mas eu só posso crer que há aí um misto de má vontade, de incompetência, ou de outras coisas. O governo não olha com a devida atenção para a cidade de Planaltina, isso é um tema que eu vou trazer nos próximos dias porque com essa questão de regionalização, Deputado Wasny de Roure, todas as Regionais saíram de Planaltina. Planaltina não tem Regional de Saúde, o Comando da Polícia Militar de lá já não tem mais força, a parte da Fazenda também não tem, mas isso é outra história que fará eu vir outra vez à tribuna.

Mas eu quero dizer que eu só posso ver uma má vontade do governo com a cidade de Planaltina. E vou cobrar explicações porque mesmo tendo recursos pagos à empresa a obra não avança. Isso é recorrente, porque o Complexo Cultural de Planaltina, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. esteve lá recentemente e viu, era para estar pronto e não está. A Vila Olímpica foi prometida para fevereiro, já em uma visão bem conservadora, porque desde 2015 há recursos e não há nenhum tipo de óbice à construção.

Então, eu quero aqui, neste primeiro momento, fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal, para que olhe com carinho, mas dizer também que nós não vamos transigir, não vamos arredar em nenhum momento de fazer as cobranças em todas as instâncias, seja aqui na Câmara Legislativa ou seja com representações, porque não dá para a população ficar sonhando e esperando com recursos liberados e pagos, e a Vila Olímpica não acontecer.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Srs. Parlamentares, demais presentes, inicialmente eu gostaria de registrar aqui uma questão que agora fica muito clara. A questão de trabalho no Distrito Federal, o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg a coloca como caso de polícia.

Eu recebi aqui o vídeo de trabalhadores que estavam lá na Ponte JK com um aparato policial, inclusive com metralhadora. A Agefis, juntamente com a Polícia Militar, foi lá para retirar os trabalhadores. Quer dizer, isso é uma demonstração clara, é o batom na cueca, é a prova cabal de como o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg faz questão de tratar os trabalhadores do Distrito Federal.

Então, eu quero registrar o nosso repúdio por mais esse equívoco do Governador Rollemberg.

Eu não poderia deixar de registrar também que o antibiótico falta há trinta dias no sistema de saúde do Distrito Federal. Apenas para poder mostrar realmente o descaso com que esse governo trata o seu patrão, que é a população do Distrito Federal.

Eu fiz questão de estar nesta tribuna, neste momento, Sr. Presidente, porque o Sérgio Porto morreu em 1968, mas nunca sua obra esteve tão atual. Ele era conhecido mais como Stanislaw Ponte Preta e escreveu uma obra chamada Febeapá: Festival de Besteira que Assola o País. Em Brasília, governado por esse rapaz, toda hora, eu me lembro do Sérgio Porto. Toda hora, eu me lembro do Febeapá.

O mais recente é a confusão que ele acaba de criar no seio social, porque, em janeiro deste ano, a juíza da Vara de Execuções Penais, cumprindo a sua obrigação, estabeleceu um calendário daquilo que ficou conhecido como saidão, à semelhança do que acontece todo ano. Evidentemente isso é comunicado à Subsecretaria do Sistema Penitenciário para que se adotem as providências devidas.

Dentro do Governo de Rodrigo Sobral Rollemberg – eu sempre faço questão de citar o nome inteiro para que, no momento da tipificação das condutas, não se esqueça de nada, e o nome completo dele é esse –, criaram, e eu tenho aqui, a Missão Operacional nº 52, de 2017, denominada Saidão de Festa Junina. Mentira. Quem foi que inventou essa besteira? Não existe saidão de festa junina. Algum iluminado do Governo do Distrito Federal – e eu até suspeito de que tenha sido o Governador, porque essas bobagens sempre são produzidas por ele – apelidou de saidão de festa junina, e alguns veículos de comunicação – não sei exatamente por quais razões; eles, melhor do que eu, sabem – adotaram a ideia do governo. Com isso, assombram a população.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

Para aqueles que não sabem, o saidão está como imperativo na lei, é a Lei de Execuções Penais nº 7.210, que obriga que o Poder Judiciário, no cumprimento das penas, coloque essas pessoas, em regime experimental, em alguns momentos, em liberdade. Existe todo um regramento para que isso aconteça, mas, quando você quer esculhambar, quer tornar fuleira essa coisa, você divulga de forma errada – ou então o governo não sabe qual é a sua missão. Por exemplo: até hoje, tem gente do governo achando que ele é o responsável pelo preso. Não! O responsável pelo preso é o Poder Judiciário. O governo é, Sr. Presidente, mero carcereiro. Aí, como eles não sabem as suas verdadeiras funções, eles danam a fazer besteira.

Eu fico muito preocupado porque a população, de repente, engole determinadas informações que não correspondem à verdade. Não existe saidão de festa junina. Isso não existe. O que existe é um imperativo da Lei nº 7.210, que é a Lei de Execução Penal que estabelece que as saídas temporárias devem obedecer a um determinado tipo de rito.

No entanto, como o governo não sabe fazer isso, eles danam a fazer besteira, danam a falar bobagem, o que é o mínimo que a gente pode esperar desse governo. Agora, fica a população assombrada dizendo o seguinte: "Como se não bastasse: o cara já foi condenado, agora vai sair para festa junina". Nem pode. Sabe por que, Deputada Liliane Roriz? Porque a festa junina normalmente é à noite; e, à noite, o cabra que está de saidão não pode frequentar.

Infelizmente, o governo trata de propagar essas besteiras. É por isso que, quando eu vejo o Rodrigo Sobral Rollemberg, eu logo me lembro da obra Febeapá: Festival de Besteira que Assola o País, porque ele não se cansa. Ele é uma fonte inesgotável de bobagem.

Então, eu quero aqui fazer esses esclarecimentos, Sr. Presidente, e dizer que, até na portaria, há outras bobagens também. Eles até mudam o horário. Vejam só: se quem manda no preso é o Poder Judiciário, e ele estabelece um horário, não cabe, ainda mais ao segundo escalão do governo, mudar o horário. Não têm competência para isso, mas eles fazem. Realmente, é um desconhecimento total.

Eu me senti no dever de esclarecer, parabenizar a Vara de Execuções Penais pelo trabalho que está sendo feito, com todas as dificuldades. A maior dificuldade é que obrigatoriamente tem que ter um parceiro, que é o Governo do Distrito Federal, que, via de regra, até poderia ser bom. No entanto, um Governo do Distrito Federal que tem à frente Rodrigo Sobral Rollemberg não pode ser bom. Aí esse é muito ruim mesmo.

Então, Sr. Presidente, gostaria de deixar esse esclarecimento aqui e dizer que é lamentável que as pessoas ainda divulguem notícias falsas e normalmente produzidas pelo governo atual.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA		17

Eu solicito, mais uma vez, a brevidade dos Deputados para que a gente possa entrar em votação.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou falar, mais uma vez, da situação de desemprego no Brasil, especialmente, no Distrito Federal. Nós estamos com 20% da nossa população economicamente ativa desempregada. Isso corresponde a cerca de 400 mil pessoas desempregadas no Distrito Federal. E a verdade é que o desemprego está levando ao desespero, porque não adianta falar de democracia para quem está desempregado. Não adianta falar de bem-estar social para quem está desempregado. Não adianta falar de direitos humanos para quem não tem o que comer. Portanto, é grave essa situação.

E o mais grave é a ineficiência do governo em agilizar as coisas e fazer com que os processos de alvará de construção, por exemplo, sejam expedidos rapidamente. Todos nós sabemos que o maior gerador de empregos que existe é exatamente a construção civil, também o comércio, a prestação de serviços, mas hoje existe uma visão maldita de só privilegiar o mercado, ou seja: apostar nos juros e atender o mercado financeiro.

Ontem ouvi do ex-Procurador-Geral da República Claudio Fonteles que, no dia em que nós tivermos no Brasil a visão de que o Ministro da Educação, o Ministro do Trabalho e o Ministro da Previdência – e nem existe mais Ministério da Previdência, agora existe um puxadinho do Ministério da Fazenda – são mais importantes do que o Ministro da Fazenda, começaremos a mudar o Brasil.

Existe uma profissão que deveria acabar, deveria ser liquidada, Deputado Joe Valle, que é a de economista, ela deveria simplesmente ser extinta, porque parece que a maioria dos economistas que estão aí são treinados e pagos só para desgraçar a economia. V.Exa. conhece algum assistente social famoso, alguma assistente social famosa? Mas os Ministros da Fazenda sempre são famosos! Portanto, está na hora de mudar essa visão.

O Deputado Joe Valle é um homem da agricultura, eu sei da dificuldade de S.Exa. para produzir hoje. O pequeno produtor, que é quem efetivamente produz alimentos, Deputado Chico Leite, está praticamente proibido de produzir no Distrito Federal! Tem que mudar essa situação, precisa mudar, tem que mudar, não pode continuar desse jeito! Eu ando pelas ruas e me deixa triste o semblante de uma pessoa desempregada que procura a gente já no desespero; existem pessoas que estão à beira de dar fim à vida, achando que a vida já não vale mais nada.

É preciso mudar essa situação! Não é a vontade de Deus, a pessoa não está desempregada porque Deus quer que ela fique desempregada, está desempregada porque os homens, Deputada Luzia de Paula, geraram desemprego! Afinal de contas Deus é justo, Ele quer o bem de todos os seus filhos, Ele não quer uns com tanto e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	18		

outros sem nada, sem nenhum emprego! E hoje, por mais modesto que seja o emprego, vai servir para aquela pessoa.

Então, espero que esta Casa acorde, espero que o governo do Governador Rodrigo Rollemberg tenha capacidade de efetivamente enfrentar, de não aceitar o que está sendo imposto pelo Governo Federal, porque ele está afundando com o golpista! Espero realmente que possamos resolver essa situação vivida aqui no Distrito Federal. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Passo a palavra ao Deputado Ricardo Vale, nos Comunicados de Parlamentares. Logo após o pronunciamento do Deputado Ricardo Vale, iniciaremos a Ordem do Dia para votação.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar os estudantes que estão aqui presentes acompanhando esta sessão.

Venho a esta tribuna hoje fazer um apelo a esta Casa, fazer um apelo principalmente ao nosso Presidente Joe Valle para que a gente possa dar celeridade ao projeto de alteração da Lei do Silêncio. Já faz quinze dias que apresentamos a minuta aqui. Quero pedir ao Presidente da CDESTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Bispo Renato Andrade, e ao Presidente da CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que, de uma vez por todas, façam com que este projeto chegue a este plenário para que a gente dê uma definição, vote para definir se altera ou não essa lei, até porque – e o Deputado Chico Vigilante falou muito bem – a gente vive uma crise econômica profunda, o desemprego está crescendo muito nesta cidade. E essa lei, essa atual Lei do Silêncio, tem provocado também muito desemprego no setor de bares e restaurantes aqui do Distrito Federal.

Acho que já chegou a hora, são dois anos de debate, são dois anos de audiência pública, de comissão geral, de reuniões, de muito debate na imprensa, de muitos artigos, enfim, de esta Casa tomar uma decisão. Vai alterar ou não essa lei? Não tem sentido, depois de dois anos debatendo, tudo pronto, não apreciarmos essa matéria.

Então, queria pedir que essas comissões, seja a CDESTMAT, seja a própria CCJ, agilizem o processo. E aí quero solicitar, Sr. Presidente, que V.Exa. paute esse projeto logo, até porque esta Casa só tem aparecido em pautas negativas, ultimamente é só pancadas em Deputados, só críticas à Câmara. A gente precisa, evidentemente, trabalhar, debater sobre os problemas da nossa cidade e tentar resolvê-los.

A questão do desemprego não é só culpa do governo do Distrito Federal, é culpa também desta Casa, na medida em que a gente se recusa a debater um problema sério que é a alteração dessa lei.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	19		

Então, eu queria pedir encarecidamente aos meus colegas, à Mesa Diretora da Casa e às comissões que a gente faça esse projeto andar, que a gente dê uma celeridade não só a esse projeto, mas também a outros que estão, de uma certa forma, travados, para que a gente possa ajudar a cidade a sair desse caos político e econômico-financeiro.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale. Só para esclarecer, as comissões estão trabalhando, os Deputados estão nas relatorias. A gente aguarda isso para colocar aqui, até porque é uma lei que grupos da cidade têm debatido nesta Casa, num debate bacana, democrático. E todas as leis que estamos trabalhando aqui, ao contrário de passarem rapidamente, estão sendo debatidas para a gente melhor atender a população e se aprofundar nos assuntos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Como ficou combinado no Colégio de Líderes, temos seis vetos a derrubar, de projetos de Deputados, que foram indicados.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Item nº 16:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 367, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “proíbe toda forma de publicidade e propaganda no interior das escolas públicas e privadas de educação básica do Distrito Federal e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 367, 2011  
Fls. nº 28 §  
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

**RELATÓRIO Nº , DE 2013**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 367/2011, que *proíbe toda forma de publicidade e propaganda no interior das escolas públicas e privadas de educação básica do Distrito Federal e dá outras providências.***

**Relator: Deputado Chico Leite**

Pela Mensagem nº 032/2013-GAG (fls. 24/25), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 367, de 2011, de autoria da Deputada Liliâne Roriz.

A proposição foi aprovada com modificações, ficando a redação final conforme fls. 19.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição dispõe sobre matéria relacionada com propaganda e publicidade e com direito de propriedade, aspectos que só podem ser normatizados por lei federal (CF, art. 22, I e XXIX).

Além disso, alegou-se que o Projeto de Lei fere a autonomia das instituições educacionais.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

**DEPUTADO**  
**Presidente**

**DEPUTADO CHICO LEITE**  
**Relator**

Recebido  
Chico Leite

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

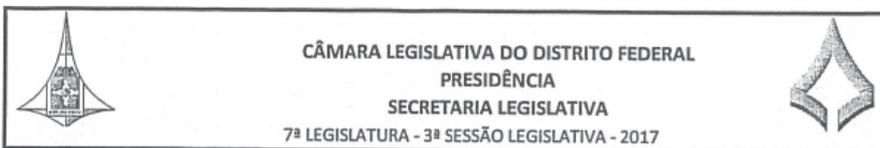
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 367/2011		DATA: 30/05/2017						
AUTORIA: DEPUTADA LILIANE RORIZ								
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE			1			
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB		1				
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
RESULTADO			0	15	2	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
15	VOTOS NÃO
2	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

  
 SECRETÁRIO DA SESSÃO  
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos contrários e 2 abstenções. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 57:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 286, de 2015, de autoria do Deputado Juarezão, que "proíbe a presença de representantes da indústria farmacêutica em unidades públicas de saúde do Distrito Federal e dá outras providências".

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, qual é o critério para derrubar ou não? Qual o fórum que delibera sobre...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Colégio de Líderes. Há uma indicação do Deputado ao Colégio de Líderes. A gente passa isso no Colégio de Líderes...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – A gente faz por escrito?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Por escrito. É só solicitar que é encaminhado para apreciação no Colégio de Líderes. Esses vetos aqui foram todos tratados ontem no Colégio de Líderes, Deputado Wasny de Roure. Foi encaminhado um memorando para os Deputados.

A Presidência designa o Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



**RELATÓRIO Nº 01, DE 2015 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 286/2015, que proíbe a presença de representantes da indústria farmacêutica em unidades públicas de saúde do Distrito Federal e dá outras providências.**

**Relatora: Deputada Sandra Faraj**

Com a Mensagem nº 182/2015-GAG, de 28 de agosto de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 286/2015, de autoria do Deputado Juarezão, que proíbe a presença de representantes da indústria farmacêutica em unidades públicas de saúde do Distrito Federal e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 11.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o Projeto de Lei disciplina o exercício de profissão específica e estabelece normas sobre o trabalho, adentrando a competência privativa da União sobre direito do trabalho e sobre propaganda comercial, previstas no art. 22 da Constituição Federal. Ademais, a atuação de representantes da indústria farmacêutica é regulada pela Lei Federal nº 6.224, de 14 de julho de 1975, que considera Propagandista e Vendedor de produtos farmacêuticos aquele que exerce função remunerada nos serviços de propaganda e venda de produtos químico-farmacêuticos e biológicos, nos consultórios, empresas, farmácias, drogarias e estabelecimentos de serviços médicos, odontológicos, médico-veterinários e hospitalares, públicos e privados.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

REGISTRADO  
28/08/2015

Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

emim.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

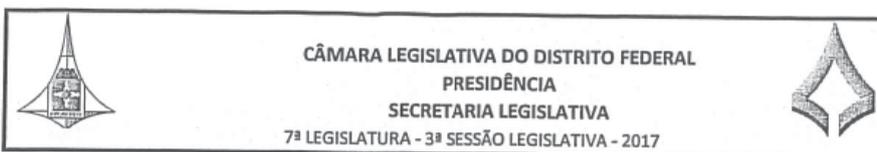
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 286/2015 DATA: 30/05/2017

AUTORIA: DEPUTADO JUAREZÃO  
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE			1			
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB		1				
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT			1			
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
14	VOTOS NÃO
2	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30	05	2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				23	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários, 8 ausências e 2 abstenções.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 85:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 472, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a destinação de pelo menos 1% da dotação orçamentária prevista para publicidade e propaganda oficial do Governo do Distrito Federal para campanhas de combate a grilagem de terras públicas no Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 472/2015, que "Dispõe sobre a destinação de pelo menos 1% da dotação orçamentária prevista para publicidade e propaganda oficial do Governo do Distrito Federal para campanhas de combate a grilagem de terras públicas no Distrito Federal".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 031/2016-GAG, de 26 de fevereiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 472/2015, de autoria do Deputado Lira, que dispõe sobre a destinação de pelo menos 1% da dotação orçamentária prevista para publicidade e propaganda oficial do Governo do Distrito Federal para campanhas de combate a grilagem de terras públicas no Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 14.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que há vício de iniciativa na proposição em tela, pois versa sobre vinculação de receitas, o que é uma matéria orçamentária (CF, 165, III), nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Por fim, há inconstitucionalidade material por ofensa ao princípio da reserva de administração.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

REGINALDO LIRA  
472

Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

em.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

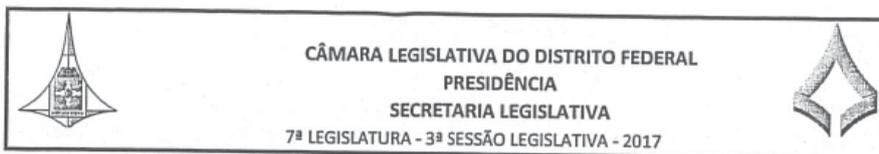
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 472/2015 DATA: 30/05/2017

AUTORIA: DEPUTADO LIRA  
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE			1			
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB		1				
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
<b>RESULTADO</b>			<b>1</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
1	VOTOS SIM
14	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	25		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 1 voto favorável, 14 votos contrários, 8 ausentes e 1 abstenção.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 115:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 984, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "institui o Banco de Sangue Virtual do Distrito Federal e dá outras providências".

Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01, DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 984/2016, que "Institui o Banco de Sangue Virtual do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 168/2016-GAG, de 02 de agosto 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 984/2016, de autoria do Dep. Wellington Luiz, que institui o Banco de Sangue Virtual do Distrito Federal e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme a folha 18.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o art. 3º do Projeto padece de vício de inconstitucionalidade formal, pois ao estabelecer novas atribuições à Secretaria de Estado de Saúde e à Fundação Hemocentro, finda por adentrar matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 71 da LODF.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

RECIBIDO  
VOTOS

Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

emm.

CCJ  
PL Nº 984 / 2016  
FOLHA 28 RUBRICA 15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	26		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

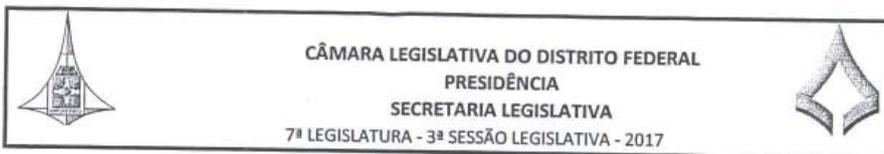
O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

A orientação é pelo voto “não”, pela derrubada do veto.

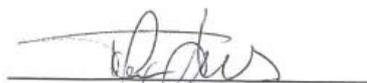
Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 984/2016		DATA: 30/05/2017						
ART. 3º								
AUTORIA: DEPUTADO WELLINGTON LUIZ								
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS		1				
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE			1			
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB		1				
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
18	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	27		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários e 1 abstenção. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto parcial ao art. 3º do Projeto de Lei nº 984, de 2016.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 133:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.243, de 2016, de autoria dos Deputados Joe Valle, Prof. Israel, Chico Leite, Claudio Abrantes e Prof. Reginaldo Veras, que “dispõe sobre diretrizes para a promoção e a inclusão de mel de abelha na merenda escolar da Rede de Ensino Público do Distrito Federal e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador asseverou que a proposição está eivada de inconstitucionalidade formal, pois violaria a separação dos Poderes ao criar obrigações ao Poder Executivo, já que a matéria foi de iniciativa parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01, DE 2017 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.243/2016, que "Dispõe sobre Diretrizes para a promoção e inclusão de mel de abelha na merenda escolar da Rede de Ensino Público do Distrito Federal, e dá outras providências".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 02/2017-GAG, de 11 de janeiro de 2017, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1.243/2016, de autoria conjunta de parlamentares, que dispõe sobre diretrizes para a promoção e inclusão de mel de abelha na merenda escolar da rede de ensino público do Distrito Federal, e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da redação original.

Em sua exposição de motivos, fl. 20-21, o Governador asseverou que a proposição está eivada de inconstitucionalidade formal (sic), pois violaria a separação dos poderes ao criar obrigações ao Poder Executivo, já que a matéria foi de iniciativa parlamentar.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS  
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL Nº 1243 / 16  
FOLHA 23 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30	05	2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				28	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

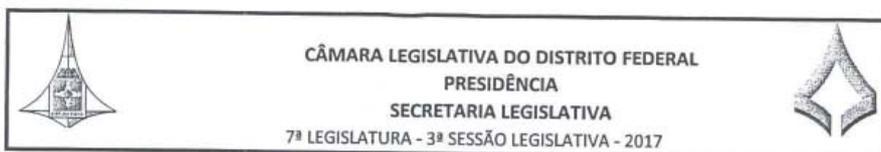
O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

A orientação é pelo voto “não”, pela derrubada do veto.

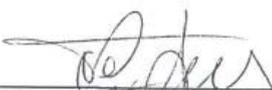
Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.243/2016		DATA: 30/05/2017						
AUTORIA: DEPUTADOS JOE VALLE, PROF. REGINALDO VERAS, CHICO LEITE E OUTROS								
RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS		1				
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB		1				
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
18	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
<b>18</b>	<b>QUÓRUM VOTANTE</b>

  
 SECRETÁRIO DA SESSÃO  
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	29		

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, um projeto de lei de minha autoria – Projeto de Lei nº 1.026 – resolve um problema grave sobre a questão dos conselheiros tutelares. Os militares e policiais civis que passaram nessa eleição para conselheiros tutelares teriam que deixar o cargo até, no máximo, esta semana, porque existia a questão de eles terem que voltar ao órgão de origem. Um projeto nosso que está pronto para ser votado – já passou em todas as comissões – corrige esse texto da lei. Ela foi aprovada aqui, mas não se pensou naquele momento nessas pessoas que vêm da carreira militar, de policiais militares e civis. Então, eu peço a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 1.026.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Qual o item?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ele está fora da Ordem do Dia, Sr. Presidente, mas foi votado em todas as comissões. O projeto está pronto para ser votado no plenário. Por isso, peço aos colegas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vou consultar os Líderes, Deputada, e acho que nenhum Líder se opõe. Eu, de minha parte, não me oponho.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme acordado no Colégio de Líderes, eu tinha pedido para incluir na pauta de derrubada de vetos o item nº 125, salvo engano. Pelo menos, era o número que estava na Ordem do Dia de ontem. É de minha autoria. Vou explicar esse projeto.

Nesse projeto de lei, nós estamos alterando a lei dos taxistas para que os locatários, quando das novas autorizações, possam ter uma pontuação diferenciada, tendo em vista que eles já prestam o serviço na hora da definição das novas autorizações, quando a Secretaria de Mobilidade soltar esse edital. Essa lei foi vetada pelo Governador. Então, estou pedindo a derrubada do veto por solicitação do sindicato dos taxistas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso. Foi acolhida a solicitação de V.Exa. Já está incluído.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Ontem, no Colégio de Líderes, foi combinado apreciar um veto. Eu iria fazer o pedido hoje, o Marcelinho estava lá. Foi autorizado pelo Líder de Governo. É o Projeto de Lei nº 903, de 2016. Peço a V.Exa. a inclusão dele na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Antes de V.Exa. pedir, eu já havia acolhido. Eu sabia que esse era o pensamento de V.Exa. É o item nº 9.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me reportar ao assunto que a Deputada Celina Leão traz na forma de projeto de lei. Eu não tive oportunidade de examinar. Fui até abordado, porque essa matéria não passou na nossa comissão. Eu tenho dúvida. Conheço o problema porque estou acompanhando alguns conselheiros tutelares.

Essa matéria tem um processo no âmbito da procuradoria, que é a autorização para que policiais possam ocupar a função de conselheiros. Tenho, inclusive um amigo que visitei recentemente, o Zé Ramos, de um dos conselhos de Planaltina. Ele é policial e está na mesma situação. Ou seja, que policiais militares, bombeiros e civis, na eventualidade de serem escolhidos pela comunidade como conselheiros do conselho tutelar, sejam autorizados a isso.

A minha dúvida é se essa matéria não deve ser reportada a uma legislação federal. Essa é a minha impressão, mas se passou nas comissões, sobretudo na Comissão de Constituição e Justiça, quem sou eu para dizer? Enfim, vamos ter por esses dias uma audiência na procuradoria para tratar desse assunto. Acredito que é bastante oportuno o debate, e sobre isso não há a menor dúvida. Eu só estou externando as minhas preocupações. Acho que os colegas têm muito mais acúmulo, como o Deputado Chico Leite e o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que lidam diretamente com essa matéria de constitucionalidade, mas eu considero muito importante o debate desse assunto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu confesso a V.Exa. que também careço desse esclarecimento, mas o projeto está em andamento, como V.Exa. bem lembrou, e passou inclusive pela comissão especial, a CCJ. Aí, vamos continuar discutindo.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que sejam incluídas para votação duas moções de minha autoria, se for possível: a Moção nº 683, de 2017, e a Moção nº 684, de 2017.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Presidente, muito obrigado. Eu quero fazer menção à dúvida levantada pelo nobre Deputado Wasny de Roure. Na minha avaliação, assiste razão ao Deputado Wasny de Roure. Eu também tenho essa dúvida. Embora o projeto, no plano meritório, seja importante e justo, nós precisamos ver uma forma de buscar isso.

Além dessa dúvida levantada pelo Deputado Wasny de Roure em relação a qual esfera deve ser tratada a matéria, eu também me questiono sobre a iniciativa. Não sei se é possível a iniciativa parlamentar em matéria que é nitidamente corolário do poder de administrar. A minha impressão é que seria iniciativa do Poder Executivo, mas na audiência a que fez alusão o Deputado Wasny de Roure, nós podemos colocar a questão e tentar superar esses óbices.

Eu quero dizer que, do ponto de vista da finalidade do projeto, ele é meritório e merece que nós façamos esse esforço, por isso quero parabenizar a Deputada Celina Leão pela proposta e pela provocação do debate. É muito importante que nós façamos isso em determinado momento, para buscarmos um caminho de viabilização.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em que pesem todas essas dúvidas, como bem lembraram os nobres Deputados, é um projeto extremamente importante. Eu acho que, ao ser aprovado, essas dúvidas logo depois serão supridas. Eu acho fundamental que o tenhamos em vigência. Eventualmente, alguma dúvida, o próprio Poder Judiciário poderá dirimir.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Desejo prestar um esclarecimento, porque eu acho que nós, como Parlamentares, devemos isso à sociedade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, quem exerce o papel heroico de ser Líder desse governo é V.Exa. Em tudo que quiser, V.Exa. será atendido.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, primeiro eu quero agradecer a V.Exa. a excepcionalidade.

Hoje eu fui surpreendido, ao ler matérias em alguns *sites*, por uma suposta citação do meu nome, em que eu teria recebido recursos da JBS. Eu acho que é

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	32		

importante, Deputado Wasny de Roure, esclarecer isso, porque eu acho que quem não deve não teme. Da mesma forma, eu venho aqui me expor, colocando minha cara a tapa, porque não devo nada a ninguém. Aqui eu quero deixar os fatos claros, transparentes, e trouxe inclusive minha prestação de contas eleitoral, que fica no meu gabinete. Ela está ali para qualquer pessoa que quiser fazer consulta.

O que eu quero deixar claro é o seguinte: primeiro, eu não recebi doação financeira de dinheiro da JBS. Não recebi de maneira alguma. O que recebi foi doação de material de campanha, conforme explicitado nos recibos eleitorais do candidato a Deputado Federal que eu apoiei nas eleições de 2014, cujo tesoureiro de campanha informa que ele pagou, Deputado Wellington Luiz, esse material de campanha com o dinheiro que ele recebeu de doação da JBS. Todos os recibos eleitorais estão aqui.

Existem pessoas que podem fazer talvez ilações dizendo que eu recebi indiretamente. Primeiro, as informações, Deputado Wasny de Roure, que são colocadas do doador originário foram apresentadas pelo meu candidato a Deputado federal, que eu apoiei nas eleições e não ganhou, após as eleições, como está no recibo eleitoral do dia 3 de outubro de 2014.

Eu quero deixar claro isso aqui porque, mais uma vez, tentam envolver o meu nome em supostas irregularidades ou recebimento de propina, Deputado Wellington Luiz. Eu não tenho constrangimento nenhum de vir aqui e mostrar isso. Inclusive, já vim a esta tribuna pedir uma fiscalização ferrenha do Governo do Distrito Federal em cima dos frigoríficos com base na Operação Carne Fraca.

Quero deixar claro que estarei ingressando contra o delator com ação penal de danos morais por ter citado o meu nome irregularmente. Na realidade, não houve citação. O que houve foi uma interpretação da análise das prestações de contas que foram colocadas no Tribunal Superior Eleitoral e no Tribunal Regional Eleitoral.

Então, para quem quiser avaliar, eu vim aqui a esta tribuna... Muitos poderiam dizer assim: "Fique calado, fique quieto, não fale nada." Mas, como eu não devo nada a ninguém, como a minha vida pública é transparente, senti-me no dever de vir a esta tribuna e mostrar a verdade, Deputado Wasny de Roure. Porque, se eu estivesse devendo, falaria também a verdade. Se eu soubesse que este material de campanha tivesse sido pago por qualquer empresa, eu sequer teria recebido. Nós temos aqui as informações que o tesoureiro da campanha do então candidato a Deputado federal que eu apoiei nas eleições de 2014 nos deu após as eleições, quando nós recolhemos os recibos eleitorais, Deputado Lira. Tudo isso está no *site* do Tribunal Regional Eleitoral e no *site* do Tribunal Superior Eleitoral. A minha prestação de contas está no meu *site* com todos os recibos eleitorais.

Então, quero dizer, Deputado Raimundo Ribeiro, que não tenho vergonha de vir aqui e falar a verdade. Não recebi. Se viessem me propor, eu não teria recebido, porque eu defendo uma política ética, séria. Agora, o que eu não entendo é quais são os interesses das pessoas que querem me envolver em supostas falcatruas. Sabe

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

por que, Deputado Wasny de Roure? Nós temos feito um trabalho de cidade em cidade. Para mim, isso são interesses de pessoas que não querem que eu permaneça na vida pública. Mas eu quero que provem que eu recebi um centavo desta empresa e, além do mais, que eu tive qualquer encontro com qualquer pessoa ligada a esta empresa.

Estou informando aqui que vou ingressar com ação penal contra todos os executivos dessa empresa por terem encaminhado uma suposta planilha em que foi citado o meu nome. Porque o único patrimônio que eu tenho, Deputado Raimundo Ribeiro, é o meu nome, e isso eu não vou deixar ir para a lata do lixo.

Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero pedir a V.Exa. que coloque em votação o PL nº 1.026, que trata dos conselheiros, porque é muito importante a votação desse projeto. Só isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. Quero agradecer aqui ao suplente João Hermeto. Recebi a denúncia e adotarei, Deputado, as devidas providências. Entendo ser extremamente grave o que V.Exa. traz. É mais uma desse governo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para me manifestar acerca do que foi dito pelo Deputado Delmasso.

Deputado Delmasso, eu gostaria de merecer a atenção de V.Exa. O simples ato de V.Exa. – e nem acho que era necessário – de pedir que fosse reforçada a fiscalização em cima dos frigoríficos já era uma demonstração cabal disso tudo que V.Exa. acabou de colocar.

Quero dizer a V.Exa. que, na verdade, as manifestações que aconteceram aqui são porque se considera difícil de entender como o Governador recebe 852 mil em quarenta parcelas. Parece que ele gosta muito desse número, quarenta: foi citado quarenta vezes na operação Drácon, são quarenta parcelas, essa coisa toda. O que causa estranheza é isso. V.Exa., mesmo que quisesse – e sabemos que não ocorreria –, não tem nem contrapartida a oferecer a um frigorífico, ao contrário do Governador. Está-se dizendo que o governo dele já deu doze milhões para a JBS a pretexto de uma merenda escolar feita com carne podre, conforme foi noticiado há dois meses.

Então, a questão aqui não é sobre V.Exa. A questão é: como o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg – para que, quando for tipificado, fique muito claro o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

nome completo dele – explica ter recebido 852 mil reais – que representam apenas a parcela visível – da JBS e ter pago a essa mesma empresa, ao longo de dois anos, 12 milhões de reais... Não se sabe qual é o montante ainda de 2017. E o pior: ter renovado os contratos emergencialmente... Fique muito claro que o governo tem mais de dois anos que não consegue fazer uma licitação.

Eu acho que ele, não querendo deixar as crianças passarem fome – elas podem ficar sem transporte, podem ficar sem um bocadinho de coisa, mas parece que ele é preocupado com a fome das crianças –, tratou de ultrapassar os limites legais para abastecer com carne podre, segundo foi noticiado, as escolas e, em contrapartida, ofereceu 12 milhões de reais.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria chamar a atenção dos Parlamentares para o seguinte: a Procuradoria da Casa estará fazendo, nos dias 6 e 7 de junho, a Semana Legislativa da Mulher.

Nós fizemos um acordo no Colégio de Líderes – e eu falo em nome de todas as Deputadas presentes nesta Casa – de que faríamos um mutirão para votarmos todos os projetos que são relativos ao tema. Então, quem não tiver projeto ou tiver algum projeto que gostaria de votar, acho que poderíamos votar, talvez, no dia de amanhã. O Deputado Joe Valle, nosso Presidente, disse que ia determinar qual seria o dia.

Temos uma vasta programação, que começará no dia 6, com a reinauguração da sala, e haverá várias conferências no dia 7. Depois, os Parlamentares que quiserem ter acesso à programação, ela está aqui conosco. Eu acho que seria muito importante, Deputado Joe Valle, que tivéssemos essas proposições, que são os PLs dos Deputados, também aprovados. Acho que seria uma forma de essa Casa homenagear as mulheres com os projetos que nós temos nesse sentido.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para colaborar com a colocação da Deputada Celina Leão: nesse domingo, houve o encerramento do Congresso das Doulas aqui no auditório da Câmara Legislativa. Nós tivemos dois grupos bastante concorridos: um de São Sebastião e outro da Ceilândia. Da Ceilândia, foram 22 as concluintes do curso, a despeito de ter havido cem inscrições. E, de São Sebastião, foram 28 de 52 inscrições.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

Foi um evento bastante concorrido, no qual esteve presente a Deputada Federal Erika Kokay. Creio que aqui todos sabem o que são as doulas. As doulas são aquelas profissionais que acompanham a mulher durante a gestação, até o nascimento da criança. Esse evento teve uma contribuição enorme da Câmara. Inclusive, foi protocolado projeto de lei que estabelece a profissionalização das doulas, que a Deputada Erika Kokay deve apresentar no Congresso Nacional. No auditório desta Casa, elas solicitaram que o projeto, de nossa autoria, que está com a relatoria da Deputada Celina Leão, pudesse ser apreciado o quanto antes, porque é exatamente um trabalho que vem colaborar com esta atividade extremamente afirmativa na saúde: aquilo que eles comumente denominam de parto humanizado. É a propositura, a bandeira principal que as doulas defendem.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que o item nº 130, que é um veto parcial a um projeto de minha autoria, o Projeto de Lei nº 1.324, seja retirado de pauta e só volte quando eu pedir.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente, quando houver acordo, Deputado Chico Vigilante. Ele está sobrestando a pauta e não pode ser retirado, mas só será votado com a sua aquiescência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Também quero pedir a V.Exa. a inclusão, como item extrapauta hoje, do veto ao Projeto de Lei nº 1.147, de 2016. Esse projeto é muito interessante, foi aprovado por unanimidade, mas infelizmente o Governador Rodrigo Rollemberg vetou. É um projeto que determina aos hospitais do Distrito Federal...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já está na pauta e é o próximo a ser votado. Se V.Exa. colocar, porque já recebemos memorando como extrapauta, votamos no Colégio de Líderes e já está pronto aqui, para ser votado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Essa é a prova de que, quando estou indo com o milho, V.Exa. está vindo com o fubá. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito à Sra. Secretária que faça a leitura do item.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, eu gostaria só de explicá-lo, porque o Deputado Chico Leite está pedindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É um projeto que obriga os hospitais do Distrito Federal a dotarem as suas dependências de local para descanso dos profissionais de saúde, porque hoje os médicos têm a sua sala de descanso, mas os

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

demais não têm. Portanto, é para que eles tenham um local para descansar, porque hoje não têm.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Peço à Secretária que faça a leitura do item e peço ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que fique a postos para fazer a relatoria do veto solicitado pelo Deputado Chico Vigilante.

Deputado Bispo Renato Andrade, peço licença para votarmos o do Deputado Chico Vigilante. Logo em seguida, votaremos o seu, porque eu tinha outra ordem aqui, mas é veto.

Item extrapauta:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.147, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem do Distrito Federal.”

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 – CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.147/2016, que "Dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem do Distrito Federal".

Relator: Deputado Professor Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 51/2017-GAG, de 11 de abril de 2017, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1.147/2016, de autoria do Deputada ~~Trizane Boriz~~, que dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem do Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da proposição original.

Em sua exposição de motivos, fl. 19, o Governador asseverou que a proposição contém inconstitucionalidade formal, ao buscar atuação sobre matéria concernente ao regime jurídico dos servidores públicos, estabelecendo condições e direitos para profissionais da enfermagem. Tal matéria é, nos termos do art. 71, § 1º, inciso II da Lei Orgânica do Distrito Federal, reservada à iniciativa legislativa exclusiva do chefe do Poder Executivo.

Ademais, ao versar sobre os profissionais da rede privada, o projeto em análise invade competência legislativa da União para dispor sobre Direito do Trabalho, nos termos do art. 22, inciso I e, sobre as condições para o exercício das profissões, nos termos do art. 22, inciso XVI, ambos da Constituição Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS  
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL N.º 1147 / 2016  
FOLHA 22 RUBRICA *me*

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	37		

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Relatora errou a autoria do projeto. O projeto é de minha autoria.

DEPUTADA CELINA LEÃO – O projeto é de V.Exa.? Aqui está constando que é de autoria da Deputada Liliane Roriz. Então, vou corrigi-lo à mão. Pode ser, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Pode. Corrigido.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

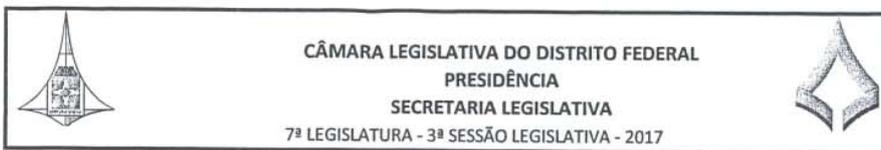
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.147/2016		DATA: 30/05/2017						
AUTORIA: DEPUTADO CHICO VIGILANTE								
RELATOR: DEPUTADA CELINA LEÃO								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS		1				
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
RESULTADO			0	18	0	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
18	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA		38

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários e 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço que possamos apreciar o item nº 168.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, é veto?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não, não é veto. É porque eu não sabia que existia esse procedimento. Eu tenho alguns, mas eu não tinha conhecimento de que deveria me reportar a V.Exa. por escrito.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nós enviamos o memorando para todos os gabinetes, Deputado Wasny de Roure, mas não tem problema. Acato a solicitação de V.Exa. e incluo o projeto na pauta. A partir de agora, teremos esse procedimento, está bem?

Item nº 111:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 530, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “institui medidas de prevenção e combate ao uso indevido de drogas e ao tráfico de drogas ilícitas nas escolas integrantes das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal”.

Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito à Deputada Celina Leão que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



## RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 530/2015, que "Institui medidas de prevenção e combate ao uso indevido de drogas e ao tráfico de drogas ilícitas nas escolas integrantes das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 149/2016-GAG, de 1º de agosto de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 530/2015, de autoria do Dep. Bispo Renato Andrade, que institui medidas de prevenção e combate ao uso indevido de drogas e ao tráfico de drogas ilícitas nas escolas integrantes das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fls. 20 e 21.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição comporta vício de inconstitucionalidade formal, por adentrar matéria cuja competência de iniciativa legislativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 71 e art. 100 da LODF. O projeto de lei finda por estabelecer atividades gerenciais típicas, que interferem na organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino e fixa obrigações diretamente ao servidor público ocupante do cargo de Diretor de Escola.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ  
Relatora

*Celina*  
CELINA  
RELATORA

CCJ
PL Nº 530 / 2015
FOLHA 31 RUBRICA SB

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	39		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

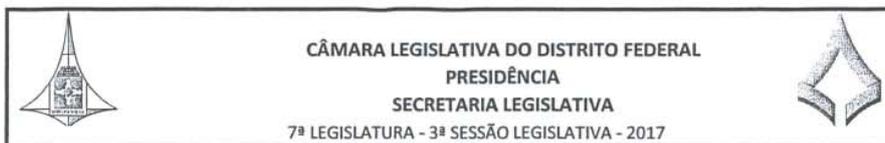
O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

A orientação é pelo “não”, pela derrubada do veto.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



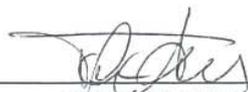
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 530/2015 DATA: 30/05/2017

AUTORIA: DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

RELATOR: DEPUTADA CELINA LEÃO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS		1				
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30	05	2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				40	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários e 1 abstenção. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 125:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 236, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "inclui dispositivo na Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências".

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito à Deputada Celina Leão que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Comissão de Constituição e Justiça - CCJ**



**RELATÓRIO Nº 01, DE 2016 - CCJ**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 236/2015, que "Inclui dispositivo na Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências".**

**Relatora: Deputada Sandra Faraj**

*Celina Lessa*

Com a Mensagem nº 232/2016-GAG, de 11 de outubro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 236/2015, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso, que inclui dispositivo na Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 41.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição padece de vício de inconstitucionalidade material, pois estabelece uma vantagem a um grupo de pessoas em razão de uma condição não acessível a todos os administrados, somente sendo possível ser motorista auxiliar por meio de indicação de um motorista titular de permissão. Deste modo, tal proposição fere o princípio da isonomia, conforme art. 5º da Carta Magna, bem como os artigos 2º e 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
 Presidente

Deputada SANDRA FARAJ  
 Relator(a)

emm.

*Celina Lessa*  
 CELINA  
 RELATORA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	41		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

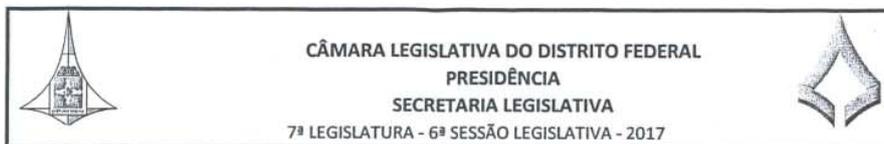
Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 236/2015 DATA: 30/05/2017

AUTORIA: DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

RELATOR: DEPUTADA CELINA LEÃO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS		1				
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	42		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários e 1 abstenção. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Apreciaremos agora um item extrapauta, Projeto de Lei nº 903, de 2016, do Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 1.506, de 2017, referente à alteração da Carreira de Assistência Judiciária vinculada à Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Quero informar que a Procuradora-Geral do DF encontra-se aqui para tirar as dúvidas do referido item.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa. Houve acordo no Colégio de Líderes, está incluído. É o único projeto do Executivo que está na pauta.

Item Extrapauta:

Apreciação do veto total do Projeto de Lei nº 903, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional licenciado em Educação Física no Sistema de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

Concedo a palavra à Relatora, Deputada Celina Leão, para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



## RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 - CCJ

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao **Projeto de Lei nº 903/2016**, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional licenciado em Educação Física no sistema de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências".

**Relator: Deputada Celina Leão**

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº **98/2017-GAG**, de **16 de maio de 2017**, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto **total** oposto ao **Projeto de Lei nº 903/2016**, de autoria dos Deputados Julio César, Rodrigo Delmasso, Bispo Renato e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional licenciado em Educação Física no sistema de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da proposição original.

Na **fl. 24**, depreende-se que o Chefe do Executivo motivou o veto em função de contrariedades constitucionais aplicáveis ao tema objeto da proposta, uma vez que a matéria tratada está no rol das atribuições normativas privativas da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, de nossa Constituição Federal.

E ressaltou inclusive que a União já exerceu a sua competência privativa sobre a matéria. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal 9.394, de 20 de novembro de 1996) já veicula diversos regramentos a respeito do sistema escolar brasileiro, tratando, inclusive, da temática relativa à Educação Física, no seu art. 25.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS**  
**RELATOR**

  
**CELINA**  
**RELATORA**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	43		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Orientação pelo "não".

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



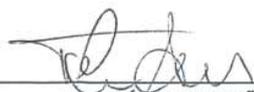
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 903/2016 DATA: 30/05/2017

AUTORIA: DEPUTADOS JULIO CESAR, RODRIGO DELMASSO, BISPO RENATO ANDRADE E OUTROS

RELATOR: DEPUTADA CELINA LEÃO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS		1				
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT				1		
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
<b>RESULTADO</b>			<b>0</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO ( X )
0	VOTOS SIM
15	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos contrários. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, bem rapidamente, eu estou dando entrada hoje ao requerimento de solicitação de audiência pública e já conversei com o Líder do Governo, juntamente com o Deputado Ricardo Vale, para que a gente possa, o mais rápido possível, discutir o Decreto nº 38.075, que foi publicado em 22 de março de 2017 e que faz alusão ao Parágrafo 4º do art. 27 do Decreto nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, que “dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Distrital e as Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal”. Isso porque temos encontrado muitos problemas na Secretaria de Cultura para apoios aos eventos culturais.

Então, acho que se faz necessário, e eu queria somente registrar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

Esta Presidência consulta aos líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos demais vetos da Ordem do Dia para votarmos as proposições da pauta, bem como os itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, passaremos à votação dos itens.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia o Requerimento nº 2.745, de 2017, que “requer a realização de audiência pública no dia 12 de junho de 2017 para discutir questões relacionadas ao trabalho infantil”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Apreciaremos em bloco as moções e os requerimentos.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.506, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira de Apoio às Atividades Jurídicas e dá outras providências”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30	05	2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				45	

Aprovados os pareceres favoráveis nas CAS, CEOF e CCJ.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Consulto os líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco pelo processo simbólico. (Pausa.)

Havendo acordo, faço um apelo aos Deputados para votarmos, por último, as moções e requerimentos em bloco. Terminada essa votação, encerrarei a sessão.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 179:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 668, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza mestres, professores e atletas de caratê e *Kickboxing* do Distrito Federal que colecionam histórias de sucesso no Brasil e no mundo".

Item nº 180:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 669, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta repúdio pela falta de nomeação dos mais de 600 (seiscentos) Assistentes Sociais aprovados no concurso público de 2014, realizado para suprir a carência destes profissionais na Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal".

Item nº 181:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 670, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza mestres, professores e atletas de boxe do Distrito Federal que colecionam histórias de sucesso no Brasil e no mundo".

Item nº 182:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 671, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Antônio Halysom Ribeiro Lessa pelos relevantes serviços prestados aos jovens das Regiões Administrativas do Gama e Recanto das Emas através do Projeto Social JIU-JITSU para Cristo".

Item nº 183:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 672, de 2017, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os Bombeiros Militares que especifica do 41º Grupamento de Bombeiro Militar do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Distrito Federal, especialmente a de Ceilândia”.

Item nº 184:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 673, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza Moisés Lourenço Machado (Mestre Fumaça) pelos relevantes serviços prestados à comunidade da Região Administrativa do Riacho Fundo II por meio da 'Associação de Capoeira Movimento Navio Negroiro”.

Item nº 185:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 674, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “manifesta repúdio ao fechamento da DRT – Delegacia Regional do Trabalho de Planaltina, Distrito Federal”.

Item nº 186:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 675, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta apoio no sentido de que seja regulamentada a Lei Complementar nº 865, de 27 de maio de 2013, que ‘dispõe sobre o Fundo dos Direitos do Idoso e dá outras providências’, como forma de contribuir para execução das políticas públicas em defesa dos direitos do idoso”.

Item nº 187:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 676, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o atleta Christopher Marlon Ribeiro Geraldo, o professor e faixa preta Gabriel Costa, a equipe Ovelhas de Kimono e a Academia Ribeiro Jiu-Jitsu – Vicente Pires pelos excelentes resultados conquistados no campeonato 'Curitiba Fall Internacional Open Ibjjf Jiu-Jitsu Championship 2017' realizado em Curitiba – PR”.

Item nº 188:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 677, de 2017, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os cidadãos pioneiros constantes da relação anexa pelos relevantes serviços prestados ao Setor O de Ceilândia – RA IX”.

Item nº 189:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.726, de 2017, de autoria da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que “requer a realização de audiência pública para debater o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF”.

Item nº 190:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA		47

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.733, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "requer a realização de uma audiência pública no dia 26 de junho de 2017, às 15h, no plenário desta Casa, com o título Valorização dos Servidores Administrativos da Segurança Pública".

Item nº 191:

Discussão e votação, em turno único, da Mensagem nº 93, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "requer a retirada do Projeto de Lei nº 1.376, de 2016, que altera a Lei nº 4.220, de 9 de outubro de 2008, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 678, de 2017, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "hipoteca apoio e reivindica do Poder Executivo do Distrito Federal a chamada imediata dos concursados aprovados no concurso para Provimento e Formação de Cadastro Reserva para os cargos de Atendente de Reintegração Socioeducativa, Especialistas e Técnicos, das carreiras da Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 679, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Carlos Santarém pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal como Conselheiro Tutelar".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 680, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza o líder comunitário Domicio Silva do Carmo pelo excelente trabalho desenvolvido em prol da comunidade de Samambaia".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 681, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Jocélio Lisboa Nunes pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 682, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os servidores pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal como Conselheiro Tutelar".

Item extrapauta:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA		48

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 683, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "parabeniza e manifesta votos de louvor aos policiais militares que especifica pelos atos de bravura no exercício da profissão".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 684, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "parabeniza e manifesta votos de louvor aos policiais militares que especifica, componentes da Banda da Polícia Militar do Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 685, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Morvam Jorge da Carvalho pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 686, de autoria da Deputada Celina Leão e outros, que "manifesta votos de louvor e aplausos aos policiais militares que foram feridos durante o protesto intitulado 'Ocupa Brasília', na última quarta-feira, 24 de maio".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.745, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "requer a realização de audiência pública, em 12 de junho de 2017, para discutir questões relacionadas ao trabalho infantil".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções, os requerimentos e a mensagem permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções, os requerimentos e a mensagem estão aprovados com a presença de 13 Deputados.

Item nº 146:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 853, de 2016, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia Distrital da Proclamação do Evangelho e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 853, de 2016, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia Distrital da Proclamação do Evangelho e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Quero só colocar aqui que esta votação foi combinada no Colégio de Líderes. A Deputada Sandra Faraj está presente, estamos aproveitando para votar projetos de Deputados em segundo turno para limpar a pauta como havia sido acordado.

Item nº 149:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	50	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 3, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 150:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 603, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “assegura no âmbito do Distrito Federal a divulgação dos direitos das pessoas com neoplasia maligna – câncer – pelos órgãos públicos”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 603, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “assegura no âmbito do Distrito Federal a divulgação dos direitos das pessoas com neoplasia maligna – câncer – pelos órgãos públicos”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 157:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.161, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui a Semana Distrital dos Trabalhadores e das Trabalhadoras”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 161:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 611, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “inclui a capoterapia nas práticas integrativas em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 162:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 331, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “inclui a Festa da Folia do Divino da Paróquia do Divino Espírito Santo do Guará II no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30	05	2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				52	

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 163:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.236, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Empregado Público do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 164:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 91, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "institui diretrizes para o Programa Creche Domiciliar, sob a responsabilidade da mãe crecheira para atendimento alternativo de crianças entre 0 a 4 anos no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 165

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 922, de 2012, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre mensagem obrigatória a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	53	

constar no material publicitário institucional e nas comunicações administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 170:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 746, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que “institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia Distrital de Combate à Corrupção”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 15 votos favoráveis e uma abstenção do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 173:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.870, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de venda de água mineral nas drogarias do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 174:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30	05	2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				54	

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.465, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das unidades de saúde públicas e privadas do Distrito Federal esclarecerem sobre os riscos e as consequências do aborto às gestantes vítimas de estupro e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 14 votos favoráveis e 2 abstenções.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 175:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 83, de 2014, de autoria de vários Deputados, que “inclui dispositivos no Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, no processo de discussão, que fosse lida a referida resolução. Eu estou sem o projeto aqui, Sr. Presidente. Peço desculpas, mas é para que eu tenha conhecimento do que estou votando.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente, Deputado Prof. Reginaldo Veras:

“Projeto de Resolução nº 83, de 2014, de autoria de Vários Deputados, que ‘inclui dispositivos no Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências’.

Art. 1º - Ficam incluídos no art. 16-A e 50 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 167, de 16 de novembro de 2000, os seguintes parágrafos:

‘Art. 16-A...

§ 1º - O Deputado Distrital eleito Corregedor fica impedido de ser membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

§ 2º - É vedado aos membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar atuar em processo que tiverem praticado qualquer ato que se trata o artigo 50 deste Regimento Interno, na qualidade de Corregedor.” (sic)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	55		

Esclarecido, Deputado?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão o Projeto de Resolução nº 83, de 2014. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 176:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 35, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “institui o Comitê de Tecnologia da Informação da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 177:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 77, de 2014, de autoria da Mesa Diretora, que “institui no âmbito do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa de Distrito Federal – FASCAL o Serviço Especializado de Assistência e Internação Domiciliar – HOME CARE”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 15 votos favoráveis e 1 abstenção do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	56	

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de insistir na questão do convite, porque alguns Parlamentares estão saindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vou fazer agora, Deputada Celina Leão.

Como a Deputada Celina Leão já alertou e falou várias vezes, eu gostaria de convidar todos os Deputados para que, na sessão ordinária de amanhã, nós pudéssemos fazer uma votação especial com todos os projetos relacionados à questão da violência contra a mulher. Todo projeto que estiver relacionado com esse tema, que possamos colocar amanhã em votação. Aí, convocaríamos as comissões aqui durante a nossa sessão – eu a suspenderia e convocaríamos as comissões, faríamos os pareceres das comissões dos projetos –, entendendo que é um dia especial, levando em consideração a próxima semana, em que vamos fazer um mutirão sobre um projeto de violência contra a mulher.

Então, eu gostaria de pedir aos Deputados que amanhã nós pudéssemos fazer essa votação durante a nossa sessão ordinária, que fizéssemos uma concentração nesse sentido de votarmos todos os projetos que incluem o tema violência contra a mulher.

E aí eu já pediria para que todos os que tivessem projetos desse tema que os indicassem para a Secretaria Legislativa amanhã pela manhã.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para que fique claro com relação a essa proposta de resolução que acaba de ser votada, de destituir o serviço de *home care*, antes que alguém se apresse em dizer que é um privilégio, eu devo dizer que é uma das coisas mais justas que está sendo feita.

Eu conheço o trabalho de *home care* que é feito pela rede pública, acho que ele tinha que ser estendido a mais pessoas. A rede pública tinha que atender a mais gente porque se barateiam os custos, as pessoas passam a ser tratadas com absoluta dignidade, porque o paciente é internado em casa, com o carinho dos familiares e tudo. Portanto, quero parabenizá-lo por essa iniciativa, realmente é uma coisa positiva que a Câmara Legislativa está fazendo.

Antes que alguém diga que é um privilégio, devo dizer que é um ponto positivo para a Câmara Legislativa no que tange ao atendimento do nosso plano de saúde.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>	
30   05   2017	16h30min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	57	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Chico Vigilante. Muito obrigado. Esse é um trabalho de vários Deputados.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.506, de 2017.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.026, dos conselheiros, foi passado em todas as comissões, e teve aqui o apoio de todos os líderes para que a gente votasse. Senão todos os policiais militares e policiais civis que estão nos conselhos tutelares...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Há acordo de líderes. Eu estava fora, então houve o acordo de líderes. Vamos incluir na pauta neste momento.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.026, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.506, de 2017, de autoria do Poder Executivo, e do Projeto de Lei nº 1.026, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h54min.)